
Concessão de Canais de Televisão e Política no Paraná durante a Redemocratização Brasileira (1985-1989)¹

Osmani Ferreira da COSTA²
Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, PR.

RESUMO

Este artigo apresenta resultados e reflexões iniciais, de pesquisa em curso, sobre as concessões de canais³ de televisão para funcionamento no Paraná, no período da redemocratização, de março de 1985 ao fim de 1989. Ela é a sequência de estudo anterior – a respeito da TV comercial, de 1954 ao término da ditadura militar –, e objetiva descrever e analisar relações entre empresários da comunicação e o governo federal que resultaram em outorgas de emissoras. A abordagem adotada é quantitativa, interpretativa e multidisciplinar, com base em teóricos da comunicação, história e ciências sociais. Constata-se que as negociações de troca – entre o poder concessor e os concessionários – ocorreram porque houve reciprocidade de interesses empresariais com projetos de governança e políticas de comunicação dos mandatários nacionais.

PALAVRAS-CHAVE: políticas de comunicação; regulamentação; televisão; redemocratização; Paraná.

Introdução

Quando o vice-presidente eleito, indiretamente pelo colégio eleitoral, José Sarney (PMDB) tomou posse como interino na Presidência da República, em 15 de março de 1985⁴, colocando fim à ditadura militar brasileira que durara quase 21 anos (1964-1985), no estado do Paraná estavam em funcionamento 11 emissoras comerciais geradoras de televisão (TV), todas operando com sinal analógico em circuito aberto.

Naquele início da segunda metade da década de 1980, o setor televisivo paranaense encontrava-se bem estruturado, a exemplo do que também ocorria em São

¹ Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutor em História, Mestre em Ciências Sociais, Professor do Curso de Jornalismo da UEL, e-mail: osmanicosta@uel.br

³ No tocante à televisão aberta, canal significa a faixa de frequência de ondas eletromagnéticas reservada à transmissão de programação de uma determinada emissora; e dentro do qual ela deve manter os seus sinais de som e imagem para evitar interferências com os demais canais adjacentes (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE MÍDIA, 1996, p. 27).

⁴ José Sarney fora eleito como vice na chapa encabeçada pelo político mineiro Tancredo Neves, em eleição realizada no Congresso Nacional, em 15 de janeiro de 1985, com 480 votos, contra 180 votos da chapa de Paulo Maluf e Flávio Marcílio; houve ainda 17 abstenções e nove ausências, no colégio eleitoral formado por deputados federais e senadores. Sarney foi efetivado no cargo de presidente da República com a morte de Tancredo Neves, em 21 de abril daquele ano (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, PÓS 1930, 2001, p. 5.299).

Paulo, Rio de Janeiro e em grande parte do país. Ele já havia passado pelas três primeiras fases – a elitista (1950-1964), a populista (1964-1975) e a da tecnologia (1976-1985) –, conforme a classificação de alguns pesquisadores (MATTOS, 2002)⁵ a respeito da instalação, do desenvolvimento e da consolidação da televisão no Brasil.

O governo militar tinha investido significativos recursos em infraestrutura de apoio à instalação e funcionamento das emissoras geradoras e repetidoras de sinal televisivo em Curitiba e nas principais cidades do interior paranaense; de maneira semelhante à que ocorrera em quase todos os estados do Brasil (OLIVEIRA, 1991). Além desse aporte financeiro para a estruturação do setor, os sucessivos presidentes gerais foram igualmente generosos na distribuição de concessões de canais para empresários da comunicação e outros aliados políticos que defendessem, no Paraná, a ideologia de segurança nacional, os projetos desenvolvimentistas, as metas de integração nacional, e os demais objetivos impostos pelo comando de Brasília.

Encontrar aliados políticos fiéis no Paraná nunca fora difícil para o poder federal brasileiro – nem antes, nem durante, e nem depois da ditadura militar –, posto que de acordo com a maioria dos pesquisadores de história política esse poder estadual sempre foi marcadamente conservador, adesista e situacionista em relação ao poder central. A própria emancipação do Paraná, antes comarca de São Paulo, teria sido um prêmio do Império à classe conservadora dominante local, por sua substantiva lealdade ao comando imperial quando da Revolta Liberal, derrotada em 1842.

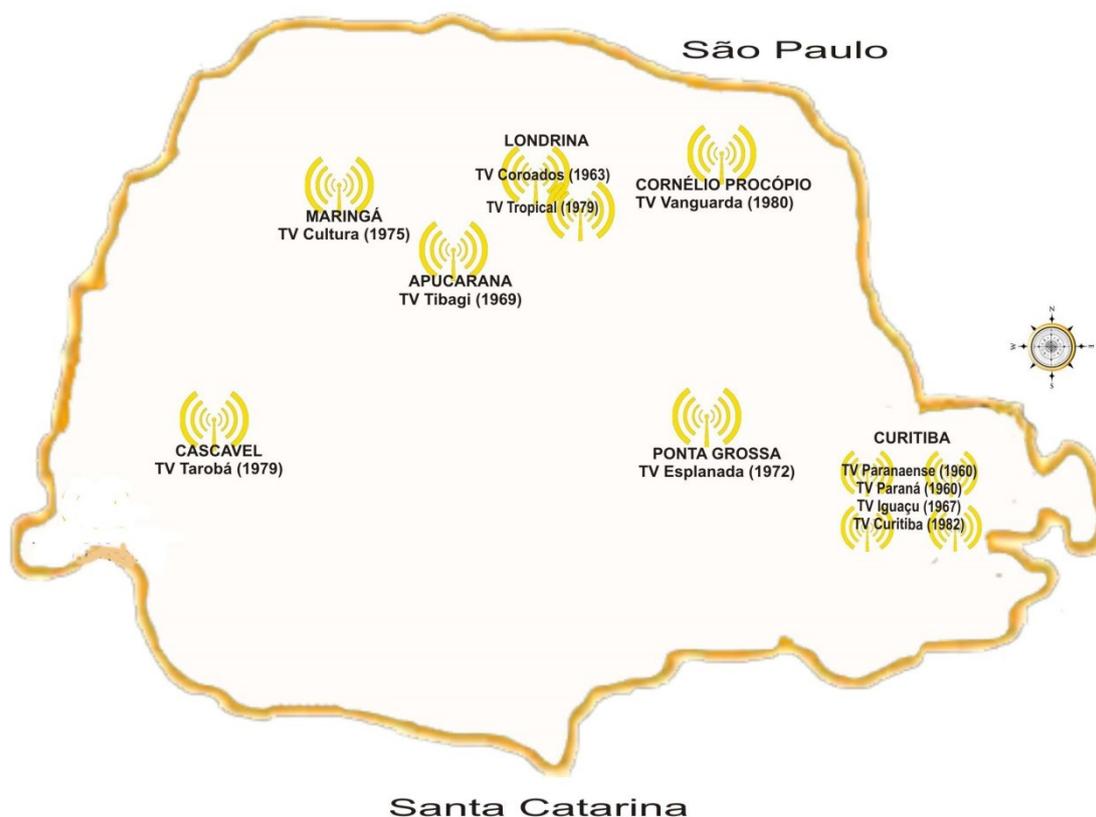
Segundo o cientista político Ricardo Costa de Oliveira, “a política paranaense sempre esteve com a tendência nacional vitoriosa”, independentemente da época ou de quem ocupasse o poder central. Isto porque, como afirma aquele autor:

O Paraná foi uma unidade regional criada pelos estrategistas do partido Conservador, no limiar da conciliação de 1853. [...] A Motivação da classe dominante, de históricas raízes coloniais [...] foi estimulada e valorizada por sua lealdade ao centro político do poder nacional. O Paraná se sente profundamente sintonizado com o centro de gravidade política brasileira. Ao contrário do Rio Grande do Sul, com o seu complexo de periferia adversa, o Paraná sempre assume o lado das tendências que constroem o consenso vitorioso nas condições políticas brasileiras. (OLIVEIRA, 2001, p. XVII).

⁵ Na fase elitista, o aparelho receptor de televisão era um artigo de luxo acessível apenas à elite econômica brasileira; na fase populista, a TV foi dada como exemplo de modernidade pelo regime militar e se popularizou no país com base em uma programação de baixo nível; na fase do desenvolvimento tecnológico, as redes nacionais de TV se aperfeiçoaram e passaram a produzir com maior profissionalismo visando, inclusive, a exportação de produtos (MATTOS, 2002, p. 78-79).

Das 11 emissoras de televisão em funcionamento ao fim daquele período arbitrário, apenas três tinham sido inauguradas antes do golpe de 1964. As duas pioneiras, que entraram em operação em Curitiba – TV Paranaense e TV Paraná –, foram concessões do presidente Juscelino Kubitschek⁶; enquanto que a TV Coroados, de Londrina, foi concessão do presidente Jânio Quadros. Os demais oito canais foram concedidos por presidentes militares. É o que pode ser conferido no mapa a seguir.

Mapa 1: As 11 emissoras de TVs em operação no Paraná, nas respectivas cidades e com os anos das inaugurações (1960-1984)



Fonte: pesquisa do autor. Arte: Nadir Chaiben.

Concentração de canais em poucas redes

As outorgas de concessões de canais, renovações de licença para operação, transferências de concessões, e outras questões legais relativas ao setor televisivo

⁶ Juscelino Kubitschek é considerado por alguns autores como o primeiro presidente da República a utilizar o sistema de distribuição de concessões de canais de TV como moeda de troca política. Foi ele, por exemplo, que, concedeu, em dezembro de 1957, o Canal 4 do Rio de Janeiro para a instalação da futura TV Globo. A concessão de JK teria acontecido para evitar que os veículos do grupo de Roberto Marinho – na época jornais e emissoras de rádio – seguissem com acirradas críticas ao governo dele (NEVES, 2008, p. 33-34). O ex-presidente morreu em 22 de agosto de 1976.

nacional estiveram totalmente centradas, até aquele momento, na figura do presidente da República; com base no Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), lei de agosto de 1962, e mais ainda em suas modificações implantadas pelo decreto-lei 236, de fevereiro de 1967. Uma das principais consequências desse modelo foi a grande concentração das concessões de canais de TV nas mãos de poucos grupos – de empresários da comunicação ou de políticos de carreira – aliados do Palácio do Planalto. Como regra, esse foi um problema que ocorreu no país inteiro e levou à formação de oligopólios regionais e nacionais de comunicação, em geral, e de televisão em especial; como por exemplos, as redes⁷ Globo, Record, Bandeirantes e SBT.

No Paraná, ao fim do ciclo militar, essa realidade de utilização da barganha política pelas concessões e transferências de canais, e de concentração deles em poder de poucas famílias, ficara bastante nítida. Das 11 emissoras em funcionamento, apenas duas concessões – as do grupo nacional de Assis Chateaubriand, TV Paraná e TV Coroados – não foram resultado de negociações intermediadas e/ou apoiadas pelo governo do estado junto aos diferentes presidentes da República. Do total, nove canais pertenciam a quatro grupos. A Rede Paranaense de Televisão (RPTV) possuía a TV Paranaense, TV Cultura e TV Coroados; o Grupo Paulo Pimentel (GPP) tinha a TV Iguaçu e a TV Tibagi; o grupo Organizações Martinez (OM) contava com a TV Paraná e TV Tropical; e o Grupo Folha de Londrina (GFL) tinha a TV Tarobá e a TV Curitiba.

Somente a TV Esplanada, de Ponta Grossa, e a TV Vanguarda, de Cornélio Procopio, portanto, operavam de maneira alternativa, fora dos domínios das redes regionais de emissoras. Todos os 11 canais, entretanto, pertenciam a grupos de empresários proprietários de outros veículos de comunicação, notadamente jornais diários e emissoras de rádio (COSTA, 2015).

Isto aconteceu, porque aquela parte dos empresários soube se aproveitar do comportamento interligado entre o campo comunicacional e o poder político instituído, naquele contexto histórico brasileiro, para a significativa ampliação de seus negócios. Conforme analisa o pesquisador Adolpho Queiroz (1991, p. 96),

⁷ O termo rede é usado, neste artigo, com o sentido de um conjunto formado por duas ou mais emissoras de televisão pertencentes a uma mesma empresa e que produzem e transmitem, de forma simultânea ou não, pelo menos em parte, a mesma programação diária. Redes nacionais são aquelas que estão presentes em mais de duas unidades da Federação e que, além de possuírem a estação principal – que funciona como a chamada “cabeça de rede” – e outros canais próprios, contam ainda com emissoras afiliadas.

[...] a televisão e o jornal encontraram na década de 1980 a consolidação dos seus próprios projetos de poder: a TV, buscando a legitimação do seu discurso amplo, através do jornal impresso, o jornal, encontrando no discurso da televisão, uma importante fonte de ação noticiosa, opinativa e sobretudo mercadológica. A parceria evoluiu para complexos empresariais onde ter um canal de televisão e um jornal ou revista são quesitos fundamentais para a consolidação de importante parcela de poder da sociedade.

E dois daqueles poderosos grupos paranaenses de comunicação pertenciam a políticos de carreira que foram eleitos e exerceram, simultaneamente durante aquele período, cargos eletivos: Paulo Pimentel e José Carlos Martinez.

Mais TVs para antigos parceiros

Possivelmente não por coincidência, foram ambos os empresários-políticos que colocaram no ar as duas primeiras emissoras do início do novo período político brasileiro. Em 20 de setembro de 1985, foi inaugurada a TV Naipi, Canal 12 de Foz do Iguaçu, resultado de uma concessão do presidente general João Figueiredo ao ex-governador Paulo Pimentel. Esse Canal 12, último dos três concedidos pelo regime ditatorial ao GPP de comunicação, começou a operar afiliado à programação nacional do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), pertencente ao empresário Silvio Santos; como já eram, desde 1981, as outras duas emissoras: TV Iguaçu, Canal 4 de Curitiba, e TV Tibagi, Canal 11 de Apucarana.

Desta maneira, o GPP iniciou a fase de redemocratização nacional como detentor da principal rede regional de canais de televisão no Paraná, em termos de abrangência da cobertura de suas emissoras. Além dos três canais de TV, o GPP contava, em 1985, com dois importantes jornais diários – O Estado do Paraná e a Tribuna do Paraná – ambos editados em Curitiba, mas de circulação estadual.

O paulista Paulo Pimentel era formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, genro de João Lunardelli – dono da Usina Central de Paraná, grande produtora de açúcar e álcool –; e entrou para a política pelas mãos do governador Nei Braga (PDC), de quem foi secretário estadual de Agricultura, de 1961 a 1965. Pimentel (PTN) foi governador do Paraná de 1966 a 1971; e deputado federal em dois mandatos: pela ARENA-PDS de 1979 a 1983, e pelo PFL de 1987 a 1991 (DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, PÓS 1930, 2001, p. 4.625-4.628).

Empresário arrojado e comunicador polêmico, Pimentel soube se aproveitar do apoio de Nei Braga – o político mais importante da segunda metade do século XX no Paraná – para suas primeiras vitórias eleitorais e trânsito por Brasília, onde conseguiu as concessões das emissoras de televisão de três diferentes presidentes militares: TV Iguaçu (Castelo Branco), TV Tibagi (Costa e Silva) e TV Naipi (João Figueiredo). Durante as décadas de 1970, 80 e 90, Pimentel utilizou o espaço de seus jornais e TVs – notadamente a Iguaçu, de Curitiba – para frequentes e longos comentários em defesa de seus interesses políticos e empresariais, de seus partidos e aliados, de suas candidaturas eleitorais, e de quase todos os presidentes titulares do Palácio do Planalto (COSTA, 2015).

Em 31 de maio de 1986, aconteceu a inauguração da TV Carimã, Canal 10 de Cascavel, uma concessão também do ex-presidente João Figueiredo ao grupo do empresário Oscar Martinez. Liderado pelos irmãos Flávio e José Carlos Martinez, o grupo então denominado Organizações Martinez – e mais tarde conhecido como Grupo OM – já possuía, naquela data, outras duas emissoras: a TV Paraná, Canal 6 de Curitiba, e a TV Tropical, Canal 7 de Londrina. A TV Carimã começou suas transmissões repetindo parte da programação da TV Cultura e parte da TV Record, ambas de São Paulo. Isto porque, apesar de as outras duas emissoras do Grupo OM serem afiliadas nacionalmente à Rede Bandeirantes, em Cascavel a programação desta já era retransmitida pelo outro canal local, a TV Tarobá.

Estes dois canais – TV Naipi e TV Carimã – foram os últimos concedidos pelo governo militar para operarem no Paraná. Aqueles 21 anos tinham sido fundamentais para a estruturação, avanço e consolidação do setor televisivo não apenas no estado, mas em praticamente todo o país.

Um dos principais fatores do crescimento da televisão foi o modelo de desenvolvimento adotado pelo regime militar, cujo melhor efeito foi o chamado “milagre econômico” durante o período de 1969 a 1974. [...] A verdade é que, como reflexo do desenvolvimento econômico alcançado, ocorreu também, nesse período, o “bom da televisão”. O regime militar concedeu 67 licenças de canais de TV a empresas privadas em todo o território nacional. [...] O rápido crescimento da televisão entre 1964 e 1985 foi resultado direto e indireto das políticas adotadas pelo regime militar [...]. (MATTOS, 2002, p. 44).

José Carlos Martinez (PMDB) seria reeleito deputado federal naquele mesmo ano, para o mandato 1987-1991. Em 1990, ele foi candidato derrotado ao cargo de

governador do Paraná pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), que no ano anterior havia eleito o presidente da República Fernando Collor de Mello. Durante a eleição nacional de 1989, Martinez tinha sido o tesoureiro da campanha do PRN no Paraná. Ele foi eleito deputado federal, outras três vezes: em 1982 pelo PDS, e, em 1998 e 2002, ambas pelo PTB.

A TV Tropical, inaugurada em 10 de março de 1979, havia sido uma concessão do presidente general Ernesto Geisel ao pai de José Carlos, o empresário dos ramos imobiliário e agropecuário Oscar Martinez⁸. A TV Paraná – inaugurada em 19 de dezembro de 1960 e segunda mais antiga do estado – já tinha sido comprada pelo Grupo OM em 1974, juntamente com o jornal Diário do Paraná, do espólio dos Diários Associados de Assis Chateaubriand.

Governo novo, novas emissoras

A TV Independência, Canal 7 de Curitiba, entrou em funcionamento em caráter definitivo no dia 27 de abril de 1987. A concessão ao empresário Mário José Gonzaga Petrelli foi a primeira assinada, para operar no Paraná, pelo presidente da República José Sarney (PMDB). Essa foi, também, a primeira outorga de canal de televisão conseguida pelo grupo de Petrelli, que anteriormente possuía apenas emissoras de rádio no Paraná e em Santa Catarina.

Mário Petrelli fora, antes de entrar para o setor de comunicação, um grande empresário do ramo de seguros. O Canal 7 da capital paranaense começou a operar afiliada, nacionalmente, à carioca Rede Manchete. Também em 1987, Petrelli comprou do curitibano Grupo Positivo a TV Vanguarda, Canal 12 de Cornélio Procópio, que tinha sido concessão do presidente Ernesto Geisel, fora inaugurada em 7 de setembro de 1980, e, desde 1983, era também afiliada à então recém-criada Manchete.

Estas duas emissoras – TV Independência e TV Vanguarda – formaram o embrião da Rede Independência de Comunicação (RIC)⁹, que o grupo da família Petrelli criaria, em meados da década seguinte, com alguns canais de televisão no Paraná e em

⁸ Antes da inauguração da TV Tropical, o grupo de Martinez havia sido “proprietário” da TV Coroados, igualmente em Londrina, por um curto espaço de tempo. Inaugurada por Assis Chateaubriand em 1963, esta emissora fora “vendida” posteriormente também a Paulo Pimentel. Estas sucessivas trocas de concessionários da TV Coroados – depois “comprada” em definitivo pela Rede Paranaense – é um dos capítulos mais conturbados e nebulosos da história da televisão no Paraná, tendo envolvido durante anos a participação direta de governadores, ministros e presidentes da República (COSTA, 2015).

⁹ Histórico e dados relativos à RIC estão disponíveis em: <http://wikipedia.org/wiki/ric_tv>. Acesso em: 03 jun. 2019. E também em: <<https://ricmais.com.br/>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

Santa Catarina, todos naquela época afiliados nacionalmente à programação da Rede Record, como prosseguem na atualidade.

Também em 1987, começou a operação a TV Educativa do Paraná, Canal 9 de Curitiba, uma antiga concessão da ditadura militar ao governo do Estado paranaense. Naquela época, e nos anos seguintes, a nova emissora esteve afiliada e retransmitiu a maior parte da programação da TV Cultura de São Paulo, igualmente um canal educativo pertencente a uma estrutura administrativa estadual¹⁰.

Em 5 de outubro de 1988, foi promulgada e entrou em vigor a nova Constituição brasileira, que alterou significativamente o CBT e parte da legislação anterior relativa às concessões, transferências e renovações de períodos de funcionamento dos canais de televisão. Mas, os reflexos e consequências da “Constituição Cidadã” nas políticas do setor televisivo serão tratados por este autor futuramente, em artigo específico que versará sobre a próxima fase dessa pesquisa, relativa aos novos canais e redes de TV no Paraná na década de 1990.

A TV Maringá, Canal 6 da cidade homônima, foi inaugurada em 19 de dezembro de 1988. A concessão dele fora outorgada pelo presidente José Sarney ao Grupo OM de comunicação, do então deputado federal José Carlos Martinez¹¹. Ela começou a funcionar com sua programação nacional afiliada à paulista Rede Bandeirantes. Não foi possível precisar exatamente quando, ainda em 1988, a concessão da TV Maringá foi transferida para o grupo empresarial curitibano pertencente à família Malucelli.

Há indícios, no entanto, de que já no início das operações aquele Canal 6 estaria sob a administração do Grupo J Malucelli; que atualmente possui mais de 40 empresas, com destaque para os setores da construção civil, bancário, seguradora, pedágio rodoviário, usinas hidrelétricas, e comunicação – com dois canais de TV e quatro emissoras de rádio. O grupo é dirigido por Joel Malucelli, suplente licenciado do senador Álvaro Dias; ambos são filiados ao partido Podemos. Além da TV Maringá, o Grupo J Malucelli¹² também comprou 60% da TV Curitiba, que entrara em

¹⁰ As emissoras de TV educativa não fazem parte do objeto de estudo de nossa pesquisa. Mais informações a respeito da TV Educativa do Paraná podem ser encontradas em Guilherme Carvalho (2016); e as relativas à TV Cultura de São Paulo estão em Barros Filho (2011).

¹¹ O então deputado federal José Carlos Martinez morreu em um acidente aéreo, em 4 de outubro de 2003, aos 55 anos de idade.

¹² Mais dados e informações sobre a TV Maringá e o Grupo J Malucelli são encontrados em: <https://wikipedia.org/wiki/grupo_jmalucelli/televisao>. Acesso em: 06 jun. 2019.

funcionamento na capital, em 1982, pertencendo ao Grupo Folha de Londrina e ao empresário João Saad, dono da Rede Bandeirantes.

Bernardo Kucinski (1998) é um dos autores que pesquisaram a distribuição de concessões federais para a elite empresarial brasileira com objetivos políticos, naquele período. De acordo com ele, o presidente João Figueiredo (1979-1985) teria distribuído cerca de 650 concessões de rádio e televisão a congressistas ou outros aliados do governo, para garantir a vitória contra a emenda do deputado federal Dante de Oliveira que tentava reestabelecer a eleição direta para a Presidência da República.

Segundo Kucinski (1998), outra grande distribuição de concessões por interesses políticos ocorreu sob a presidência de José Sarney (1985-1990), durante as negociações que aprovaram o mandato de 5 anos para aquele governo. Cerca de 1.000 concessões de rádio e TV foram outorgadas por Sarney, das quais pelo menos 539 teriam sido dadas a congressistas e outros aliados políticos do presidente. Aquele autor cita uma pesquisa da Federação dos Jornalistas, segundo a qual dos 548 congressistas, pelo menos 188 tinham ligação com a “propriedade” de rádio e televisão no país. Até mesmo o presidente Sarney teria, naquela época, 20 das 57 emissoras de rádio e TV em funcionamento no Maranhão, o estado de origem dele.

Pimentel e RPTV conseguem outros canais

Em 17 de abril de 1989, foi inaugurada a TV Cidade, Canal 5 de Londrina, cuja outorga de concessão o empresário Paulo Pimentel conseguiu junto ao presidente José Sarney. Esta foi a quarta emissora de televisão do grupo do ex-governador do Paraná, que era ligado nacionalmente à programação do SBT. Assim, o GPP passava a contar com a maior e mais moderna rede de emissoras de televisão do estado.

Atente-se para o fato de que Pimentel (PFL) “conquistou” esta nova concessão enquanto ocupava o mandato de deputado federal constituinte. Para ele, esta mistura de política institucional com interesses empresariais da comunicação não era novidade. As duas primeiras concessões de canais (TV Iguaçu e TV Tibagi), Pimentel “conseguiu” junto a generais-presidentes no período em que exercia a função de governador do Paraná; e a terceira concessão (TV Naipi) ele “ganhou” quando era deputado federal da ARENA, transformada em PDS, os partidos de sustentação política do último presidente militar, João Figueiredo.

A TV Cataratas, Canal 5 de Foz do Iguaçu, teve sua festa de inauguração em 1º de julho de 1989. A concessão assinada pelo presidente José Sarney beneficiava o empresário Francisco Cunha Pereira, principal sócio da Rede Paranaense de Televisão (RPTV), afiliada da Rede Globo. Advogado formado pela Universidade Federal do Paraná, Pereira era de família tradicional curitibana, mas nunca participou pessoalmente da política eleitoral. Ele morreu em 19 de março de 2009, aos 82 anos.

Com o funcionamento da TV Cataratas, o grupo RPTV – proprietário ainda da Gazeta do Povo, de outros jornais e emissoras de rádio – passou a contar também com quatro emissoras. Esta foi, no entanto, a primeira televisão resultante de concessão conseguida pelo grupo junto ao governo federal. Os outros três canais – TV Paranaense de Curitiba, TV Cultura de Maringá e TV Coroados de Londrina – haviam sido comprados pelo grupo de Pereira de outros diferentes empresários da comunicação, respectivamente nos anos de 1969, 1979 e 1980 (DALPÍCOLO, 2010).

Assim, aquele curto período de menos de cinco anos – entre a posse de José Sarney, em 15 de março de 1985, e a eleição de Fernando Collor de Mello, em 17 de dezembro de 1989 – resultou na instalação e funcionamento de sete novas emissoras televisivas no estado. Como pode ser visto no mapa a seguir.

Mapa 2: Os 7 novos canais de televisão do Paraná, nas respectivas cidades e com os anos das inaugurações (1985-1989)



Fonte: pesquisa do autor. Arte: Nadir Chaiben.

Considerações finais

Durante o período pesquisado, que compreende a redemocratização institucional brasileira – do fim da ditadura militar, em 15 de março de 1985, à eleição direta do primeiro presidente civil, em 17 de dezembro de 1989 – sete emissoras de televisão foram inauguradas no estado do Paraná. Um número bastante significativo, em comparação aos 11 canais de TV que tinham entrado em funcionamento no período anterior, de 1960 a 1984.

No entanto, no tocante à democratização da “posse” das concessões de TV no estado não houve avanço significativo. Pelo contrário, apesar de dois grupos – Petrelli e Malucelli – terem obtido seus primeiros canais, os três grandes e tradicionais grupos do setor televisivo foram agraciados com novas emissoras e terminaram o período mais fortes do que nunca. O Grupo Paulo Pimentel, que tinha duas emissoras, “conseguiu” outras duas novas; o grupo Organizações Martinez, que possuía dois canais, “ganhou” mais dois – um dos quais logo foi negociado com outro empresário; e a Rede Paranaense, que contava com três emissoras, “conquistou” outra televisão.

Ressalte-se também que, a exemplo dos antigos detentores de concessões de canais, os grupos estreados Petrelli e Malucelli pertencem a famílias de megaempresários paranaenses, da elite econômica, que sempre gravitaram em torno do poder político do estado na segunda metade do século XX.

Com base nessa análise, pode-se afirmar que, no Paraná, a etapa de redemocratização foi, no setor televisivo, quase que tão somente um prosseguimento do que havia ocorrido durante a ditadura militar. O governo do presidente José Sarney – um civil eleito indiretamente pelo Congresso Nacional – continuou a “distribuir” concessões de canais de TV para grupos empresariais que eram seus aliados políticos de confiança, exatamente como fizeram os presidentes gerais nos 21 anos anteriores.

Entre aqueles aliados de confiança, destacavam-se os conglomerados de comunicação liderados pelos políticos de carreira, Paulo Pimentel e José Carlos Martinez, além da Rede Paranaense, afiliada da então toda poderosa Rede Globo, que tanto fora beneficiada pelo regime militar e assim prosseguiu durante o mandato de Sarney. Certamente, essa concentração de muitos canais de TV em mãos de poucos grupos familiares e de políticos em nada contribuiu para a democratização da informação e para a diversidade de vozes e ideias em suas programações.

Outros graves problemas causados por esses oligopólios comunicacionais e pelo funcionamento das emissoras de TV em redes – nacionais e estaduais – são a “uniformização” dos programas, obrigatoriamente, retransmitidos pelas emissoras afiliadas e a falta de espaço e apoio para a produção local/regional de conteúdos diversificados. O que, obviamente, é bastante danoso para a pluralidade cultural e de opiniões, e, em última instância, para a própria democracia brasileira.

A posse do presidente Fernando Collor de Mello (PRN), em 15 de março de 1990, concluiu aquele ciclo da redemocratização política-institucional do Brasil. Nos meios de comunicação do Paraná – notadamente entre os grupos concessionários de canais e redes regionais de TV – seguiam predominando os “herdeiros” do regime militar fortalecidos pelo governo Sarney. A partir daquele ano, o presidente Collor outorgaria novas concessões de emissoras de televisão, já pelas regras da Constituição de 1988. Análises e reflexões a respeito deste novo ciclo serão realizadas na próxima fase de nossa pesquisa.

REFERÊNCIAS

BARROS FILHO, Eduardo Amando de. **Por uma televisão cultural-educativa e pública: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001.

CARVALHO, Guilherme. O drama da comunicação no Paraná: o caso da RTVE-PR. **Revista Famecos – Mídia, Cultura e Tecnologia**. Porto Alegre, v. 23, n. 1, 2016.

COSTA, Osmani Ferreira da. **Televisão e política: uma história dos canais e redes de TV no Paraná (1954-1985)**. Londrina: Eduel, 2015.

DALPÍCOLO, Sandro. **Uma nova luz na sala: histórias da TV Paranaense**. Curitiba: Arowak, 2010.

DICIONÁRIO BRASILEIRO DE MÍDIA. In: FIASCO, Célia Maria; KOZMA, Maria do Carmo Cassales; FERREIRA, Sonia Leme (Coord.). São Paulo: Mercado Global, 1996.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO, PÓS 1930. Ed. Ver. E atual. In: ABREU, Alzira Alves de *et al.* (Coord.). Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001.

KUCINSKI, Bernardo. **A Síndrome da Antena Parabólica**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1998.

MATTOS, Sérgio. **História da Televisão Brasileira – Uma visão econômica, social e política**. Petrópolis: Vozes, 2002.

NEVES, Flora. **Telejornalismo e poder nas eleições presidenciais**. São Paulo: Summus, 2008.

OLIVEIRA, Dennison de. **Estado e Mercado:** Telecomunicações no Brasil. Curitiba: Prephacio, 1991.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de (Org.). **O Silêncio dos Vencedores** – Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

QUEIROZ, Adolpho. **TV de papel:** a imprensa como instrumento de legitimação da televisão. Piracicaba: Editora da Unimep, 1992.